

WASHINGTON NOVAES

## O clima no reino da contradição

**E**stranho que pareça, o tema da mais grave ameaça ambiental do nosso tempo – mudanças climáticas – continua mergulhado no paradoxo. Quanto maiores as evidências da contribuição humana para o aumento da temperatura do planeta e para os terríveis problemas que poderão daí



**Está difícil concertar medidas para reduzir a emissão de gases poluentes**

advir, maior a dificuldade em concertar medidas entre os países para reduzir a emissão de gases poluentes da atmosfera.

As versões preliminares do novo balanço da situação pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas apontam para a certeza dessa responsabilidade humana e para a necessidade de uma forte redução nas emissões geradas por combustíveis fósseis, que poderia chegar a 60% dos níveis atingidos em 1990. Embora a versão definitiva do relatório só circule no ano que vem, os indícios da gravidade da situação são cada vez mais fortes. Nos últimos dez anos, por exemplo, sete foram recordes em temperaturas. Nesses mesmos anos, a região do Saara registrou os mais baixos níveis de umidade desde que se fazem medições.

A própria avaliação preliminar do governo dos Estados Unidos, divulgada no mês passado, aponta para uma possibilidade de aumento da temperatura terrestre no século 21 entre 3 e 6 graus centígrados, muito além do previsto até agora. E Neal Lane, principal conselheiro científico do presidente Bill Clinton, observa que o deba-

te mudou. Antes perguntávamos: “Estamos aquecendo a Terra?” Hoje perguntamos: “Quanto estamos aquecendo a Terra?”

Até no âmbito do Senado norte-americano – que resiste petreadamente à ratificação do Protocolo de Kyoto, pelo qual os países industrializados se comprometem a reduzir suas emissões em 5,2% entre 2008 e 2012 – tem havido algum progresso. Num debate recente ali, com cinco cientistas, até mesmo John Christy, da Universidade do Alabama, que era céptico, admitiu que as ações humanas estão contribuindo para o aquecimento do planeta. E as empresas Ford, General Motors e DuPont retiraram seu apoio à Global Climate Coalition, um poderoso lobby adversário da Convenção sobre Mudanças Climáticas e do Protocolo de Kyoto.

Mesmo entre nós, a recente criação do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas – presidido e convocado pelo presidente da República, com a participação de dez ministros, “personalidades” e representantes da sociedade – mostra que finalmente o tema começa a ter o status e a interdisciplinaridade que merece nas preocupações de governo e da sociedade.

Até aí, tudo pareceria indicar um aumento mundial da consciência do problema, que poderia levar a atitudes mais positivas. Ao mesmo tempo, porém, as 15 maiores ONGs do mundo divulgaram documento em que acusam as principais nações industrializadas do mundo de estar tentando enfraquecer o Protocolo

de Kyoto, de trabalhar para que os países industrializados possam aumentar suas emissões de 15% a 20%, de estimular a adoção da energia nuclear entre as iniciativas a serem admitidas no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), assim como o corte de suas florestas, seguido de replantio, contabilizando como redução de emissões o sequestro de carbono equivalente.

Não é sem fundamento a preocupação das ONGs. Tanto que na recente reunião técnica da convenção, no mês passado, em Bonn, alguns negociadores introduziram nas discussões a possibilidade de o MDL ser aprovado em novembro próximo, em Haia, na reunião das partes da convenção, e entrar em vigor imediatamente, independentemente do Protocolo de Kyoto (o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo é o que permitirá a um país industrializado financiar nos países em desenvolvimento projetos que levem a uma redução das emissões de gases do efeito estufa e deduzir essa redução de suas emissões próprias).

Essa reviravolta se deve a dois problemas:

■ O Senado dos EUA continua se recusando a homologar o Protocolo de Kyoto, a não ser que Brasil, China, Índia e outros países em desenvolvimento também reduzam suas emissões (obrigação não prevista no protocolo); e, somando forças com seus aliados Rússia, Ucrânia e Cazaquistão, isso lhe daria o direito de veto ao protocolo;

● se os Estados Unidos e outros países desenvolvidos comprarem “direitos de emissão” de poluentes de nações da antiga área socialista – que, por força da redução de atividades econômicas pós-1989, também diminuíram suas emissões de gases

poluentes em mais de 50% –, talvez não tenham de reduzir suas emissões próprias (há quem calcule que até poderão aumentá-las).

O tema é complicado, pois não se sabe exatamente em que nível estarão em 2008 (data para a qual está previsto o compromisso de redução) as emissões da Rússia, da Ucrânia e do Cazaquistão. Mas, considerando as duas hipóteses mencionadas, por via das dúvidas, alguns negociadores acham interessante uma negociação à parte para o MDL, que não impeça sua entrada em vigor.

Não são essas as únicas dúvidas e divergências. A questão das florestas naturais e das que poderão vir a ser plantadas (para contabilizar o sequestro de carbono na fase de crescimento) ainda provoca muitas discussões. Há quem defenda uma compensação financeira para quem conserve suas florestas naturais, mas há quem pense que, se isso for contabilizado, se anulará o Protocolo de Kyoto. Há quem proponha que só as áreas já desflorestadas até 1990, e que venham ser reflorestadas, se possam beneficiar do MDL, mas há quem julgue possível até a inclusão, no mecanismo, de áreas que sejam desflorestadas agora e reflorestadas em seguida, inclusive nos países industrializados.

Como é de praxe nesse tipo de negociação, a maioria dos países não revela sua posição até o momento final da negociação, que será em novembro. Mas já é possível antever que qualquer consenso será difícil.

Pelo menos até a reunião das partes, portanto, continuaremos mergulhados no paradoxo.

Talvez mesmo depois.

■ Washington Novaes é jornalista  
E-mail: novaes@ih.com.br